



## ACÓRDÃO Nº 350/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

**1- Processo TCE nº 1160/2011.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Presidente Figueiredo.

**4- Exercício:** 2010.

**5- Responsável:** Sr. Simão Pacheco Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Presidente Figueiredo.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI/CI – Informação Conclusiva nº 680/2013 (fls. 551/559)

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 828/2014-MPC-PG-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral (fls. 598/599).

**8- Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Presidente Figueiredo. Exercício de 2010.

*Rejeitada preliminar de inconstitucionalidade. Contas irregulares. Determinações e recomendações à origem. Multas ao responsável. Prazo para recolhimento. Autorizada cobrança executiva e inscrição na dívida ativa.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal,

**9.1- à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator no sentido de:

**9.1.1- Preliminarmente, não acatar** a arguição do membro do *Parquet* para considerar inconstitucional o art. 4º, da Lei nº 03/2008-Presidente Figueiredo, o qual dispõe que o vereador fará jus ao 13º salário subsídio a ser pago em duas parcelas anuais, uma vez ter sido observada a previsão em lei, respeitados o princípio da anterioridade e os limites constitucionais referentes ao total da despesa do Legislativo Municipal, portanto, tal pagamento é legítimo, conforme item 8.2, da Decisão nº 38/2014 – ADMINISTRATIVA – TRIBUNAL PLENO – TCE/AM.

**9.1.2- No mérito, julgar pela IRREGULARIDADE das Contas da Câmara Municipal de Presidente Figueiredo**, referente ao exercício de 2010, de responsabilidade do **Sr. Simão Pacheco Teixeira**, Presidente e Ordenador de Despesas,

**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS****ACÓRDÃO Nº 350/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

nos termos do art. 22, III, "b" c/c o art. 25, ambos da Lei n.º 2.423/96-TCE/AM e art. 5º, II, da Resolução TCE/AM n.º 04/02;

**9.1.3- DETERMINAR** à Câmara Municipal de Presidente Figueiredo:

a) Suspensão do benefício de pagamento de bolsa de estudos, sem previsão legal, até que se tenha regulamentado tal auxílio, comunicando, a este Tribunal de Contas, no prazo de 30 dias, as providências tomadas para cumprimento de tal determinação. (item 8 do Relatório/voto);

b) Suspensão do pagamento, indevido, da gratificação de FG I, II e III, aos servidores listados no item 9 do Relatório/voto, cientificando esta Corte de Contas, no prazo de 30 dias, a respeito das providências tomadas para cumprimento desta determinação.

**9.1.4- RECOMENDAR** à Câmara Municipal de Presidente Figueiredo:

a) A criação de um sistema de controle interno, específico, para controlar, gerenciar, avaliar e analisar os objetivos, os recursos e as metas do Poder Público; item 3

b) Quando houver a necessidade de alteração do quantitativo do quadro de servidores da Câmara de Presidente Figueiredo, que tal procedimento seja efetuado por meio de lei. Item 11

**9.2- Por maioria**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, no sentido de:

**9.2.1- MULTAR o Sr. Simão Pacheco Teixeira**, Presidente da Câmara Municipal de Presidente Figueiredo e Ordenador de Despesas:

a) no valor de R\$ 1.096,03 (hum mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, II, da Resolução TCE/AM n.º 04/02, alterada pela Resolução n.º TCE/AM n.º 25/12, por cada mês em que foi encaminhado com atraso, de 2010 (5 meses), perfazendo o **valor total de R\$ 5.480,15** (cinco mil, quatrocentos e oitenta reais e quinze centavos), item 4 do Relatório/voto;

b) no valor de R\$ 1.096,03 (hum mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, II, da Resolução TCE/AM n.º 04/02, alterada pela Resolução n.º TCE/AM n.º 25/12, por cada semestre em que foi entregue com atraso e em que não foi entregue o Relatório de Gestão Fiscal, via Sistema GEFIS, **totalizando o montante de R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), conforme especificado no item 5 e 6 Relatório/voto;

c) no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, VI da Resolução TCE/AM n.º 04/02, alterada pela Resolução TCE/AM n.º 25/12, pelos atos praticados com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens 2, 7, 8, 9, 11, 12 e 13, do Relatório/voto;

**9.2.2- FIXAR** o prazo de **30 (trinta) dias**, para que o Sr. Simão Pacheco Teixeira, recolha os valores das multas que lhe foram aplicadas aos cofres públicos (art.



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 350/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução TCE/AM nº 04/02.

9.2.3- **AUTORIZAR**, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173 e § 6º, do art. 308, todos da Resolução TCE/AM nº 04/02.

*Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles que votou aplicando multas calculadas à época dos fatos. Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, pela inaplicabilidade de multa pelo atraso via ACP.*

**10- Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 10 de junho de 2014.

**12- Especificação do quorum:** Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral